

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.372 - PA (2018/0319209-5)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
AGRAVADO : ANTONIO HIRAN FREITAS MACIEL
ADVOGADO : CÉLIO FIGUEIRA DA SILVA E OUTRO(S) - PA011031
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que inadmitiu recurso especial com amparo no óbice da Súmula 7/STJ.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado com base na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão assim ementado:

ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. AUTO DE INFRAÇÃO. IBAMA. DANO AMBIENTAL. VEICULO ESTACIONADO NA AREIA DA PRAIA. APREENSÃO E MULTA. DANO. NÃO COMPROVAÇÃO.

I - Ainda que se entenda que a responsabilidade por danos ambientais é objetiva, não há como se manter a higidez do auto de infração quando não é possível mensurar pela descrição genérica, tendo em vista os elementos de prova juntados aos autos, que o apelante tenha sido responsável ou tenha contribuído para os danos ambientais constantes do Relatório de Fiscalização.
II - Ausente a comprovação de que a conduta do impetrante, estacionamento do veículo em areia da praia tenha ensejado prejuízo ambiental ou tenha configurado ato ilícito, considera-se indevida a multa e nulo o auto de infração.

III - Recursos de apelação interpostos pelo IBAMA e pelo Ministério Público Federal e remessa oficial aos quais se nega provimento.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 168/175).

O recorrente aponta violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, caso não se considere prequestionada a matéria apontada no recurso.

Refere contrariedade aos arts. 3º, IV, e 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981; 2º da Lei n. 9.605/1998; e 73 do Decreto n. 6.514/2008. Afirma ser objetiva a responsabilidade do agente por danos ambientais, de modo que responde pela conduta independentemente de culpa ou dolo.

Acrescenta que (e-STJ, fl. 209)

Superior Tribunal de Justiça

[...] há evidente e robusta identificação e comprovação da materialidade da infração no Relatório de Fiscalização e nas fotos a ele anexadas, não restando qualquer vício quanto à motivação do ato administrativo".

A degradação ambiental se encontra descrita e minudenciada no bojo do referido documento, de modo a demonstrar que a conduta aparentemente inofensiva do Apelado causa diversos danos ambientais. É incontroverso nos autos que a espécie atribuída ao tipo da infração é a de resultado. Tanto o é, que o próprio relatório de fiscalização traz em seu bojo o quesito "metodologia e mensuração do dano", à fl. 49 dos autos, expondo de forma pormenorizada o impacto ambiental provocado pelo trânsito de veículos em faixa de praia fluvial.

Sem contrarrazões.

Em manifestação de e-STJ, fls. 237/245, o Ministério Público Federal opina pelo parcial provimento do recurso.

É o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Não se conhece da assertiva de violação do art. 1.022 do CPC/2015, porque feita de modo genérico. Incide, no ponto, o teor da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

No julgamento da apelação e do reexame necessário, o Tribunal *a quo* fez o seguinte registro (e-STJ, fl. 171 - grifos acrescidos):

3. Em que pesem as alegações dos apelantes, quanto ao fundamento adotado pelo magistrado de primeiro grau, que entendeu pela inexistência de dolo ou culpa, ainda que por outros argumentos, não merece reparo a decisão proferida na origem.

4. Reportando-se aos fatos, tem-se que o impetrante se encontrava estacionado na areia da praia de Ponta Tapari, próximo a uma residência, em Santarém/PA, quando foi autuado em procedimento de fiscalização, sob alegação de conduta ilícita tipificada na legislação ambiental.

5. Segundo o Relatório de Fiscalização, fl. 48, "Às 16:20 h do dia 23 de janeiro a Equipe de fiscalização flagrou o automóvel Hilux, Placa JXY 2476, parado na areia da praia da Ponta do Tapari. Desta forma o condutor do veículo Antonio Hiran Freitas Maciel, foi autuado conforme o Artigo 73 do Decreto Federal 6.514/08 por causar alteração a estrutura de local especialmente protegido (Lei Municipal 18.051/2006, artigo 38, § IV).

6. Ainda que se entenda que a responsabilidade por danos ambientais é objetiva, na hipótese não há como manter a higidez do auto de infração. Não é possível mensurar pela descrição genérica, tendo em vista os elementos de prova juntados aos autos, que o apelante tenha sido responsável ou que tenha contribuído para os danos ambientais constantes do Relatório de Fiscalização, mas especificadamente no quesito 1.8 (fl. 49), o qual assim descreve o possível dano:

A maioria dos danos ao ambiente e sua biota está associada à ação

Superior Tribunal de Justiça

erosiva dos pneus e a compactação provocada pelos mesmos. Os veículos compactam a areia de forma similar a um pavimento do tipo macadame, interferindo nas trocas de ar e água (condutividade hidráulica entre os interstícios dos sedimentos, criando condições anaeróbicas, interferindo nos processos metabólicos de espécies presentes neste meio. Além deste fator, existe a própria barreira física representada pela areia compactada aos deslocamentos de raízes e de animais que tem seu local de moradia ou de alimentação nestas zonas.

7. Com efeito, há de se considerar que a fiscalização presumiu que o impetrante foi o responsável pela poluição noticiada e que alargou demasiadamente sua responsabilização pelo danos causados ao meio ambiente, se baseando em princípios constitucionais.

8. Portanto, tendo em vista a ausência de comprovação de que a conduta do impetrante tenha ensejado prejuízo ambiental ou tenha configurado ato ilícito, considera-se indevida a multa vergastada e nulo o auto de infração.

No que tange à alegação da responsabilidade objetiva por dano ambiental, não faz jus a conhecimento a tese, por ausência do interesse de recorrer.

Quanto ao outro tema, segundo o colegiado, não se pode afirmar que o recorrido é o autor do dano descrito no relatório de fiscalização. Assim, para se afirmar a responsabilidade ambiental na hipótese, seria necessário o reexame dos fatos e provas constantes dos autos, providência inadmissível no recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator